



Guia de Boas Práticas de Revitalização de Aldeias





Título: Guia de Boas Práticas
de Revitalização de Aldeias

Autor: Animar – Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento Local, Instituto das
Comunidades Educativas e Associação para
o Desenvolvimento do Concelho de Moura

Edição: Edição de autor

Ano: 2013

ISBN: 978-972-97116-6-4

978-989-95386-3-4

978-972-99414-3-6

Edição e imagem: NaturBarroso, Lda

Créditos fotográficos:

Querença: Projecto Querença

Cabreira do Côa: ASTA – Associação Sócio-Terapêutica de Almeida
Sever do Vouga: Fundação Solidários

O Douro e o Projecto das Aldeias Vinhateiras: Francisco Cristóvão

Brotas: Abrottea

Restantes fotografias: parceria do projecto ASAS

Índice

1.	Nota de Enquadramento	4
2.	Exemplos de Boas Práticas	9
2.1	Querença	10
2.2	Safara	12
2.3	Chãos	14
2.4	Covas do Monte	16
2.5	São Torcato	19
2.6	Covide	23
2.7	Cabreira do Côa	25
2.8	Sever do Vouga	29
2.9	Deão	31
2.10	O Douro e o Projecto das Aldeias Vinhateiras	33
2.11	Brotas	36

1.

Nota de Enquadramento

A intervenção nas aldeias e no meio rural deverá ser efectuada na perspectiva de que as realidades são inúmeras e muito diversas, tanto em termos económicos, como culturais, sociais, estruturais e institucionais. Como tal, deveremos apostar, como ponto de partida, na análise de cada caso e procurar formas de actuação que permitam encontrar pontos transversais de intervenção, havendo, certamente, em comum a necessidade de diversificar as actividades em meios rurais, onde a agricultura é uma actividade a preservar e revitalizar, não só por questões económicas, mas também sociais.

Sempre que possível deverão ser desenvolvidos projectos de cooperação inter-regional, como forma de troca de experiências e saberes acumulados, procedimento importante para desencadear processos de desenvolvimento com características tão específicas como as que encontramos nos diversos meios rurais e de procurar dar continuidade à tendência de minorar algumas divergências que ainda existem entre o rural e o urbano e entre o campo e a cidade.

Por outro lado, a conciliação das actividades agrárias com outras que devem ser desenvolvidas em meio rural (artesanato, turismo rural, turismo de habitação, indústrias agropecuárias e actividades ambientais) permitirá garantir rendimentos e fixar as populações nos meios rurais, encarando o desenvolvimento destes meios em termos globais, diversificando desta forma as actividades económicas e preservando e aprofundando valores culturais, sociais e ambientais.

Dada a grande diversidade de situações que encontramos no meio rural, torna-se necessária a elaboração de tipologias que evitem generalizações precipitadas e que, ao mesmo tempo, consigam articular os diversos tipos observados no quadro geral de análise que se pretende construir.

Nesta conformidade, o desenvolvimento das aldeias e do meio rural poderá assentar nos seguintes alicerces:

1. Ser baseado numa concepção do mundo rural, enquanto lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco reconhecido pela sociedade, porém carregado, na sua diversidade, de um grande potencial económico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em força social para o desenvolvimento.

2. Ser constituído como um movimento, capaz de envolver, sob todas as formas, os e as habitantes do meio rural em toda a sua diversidade, bem como as instituições e as pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos/as agricultores/as, sejam elas do Governo, das Escolas, das ONG ou dos movimentos sociais. Essas instituições são, em princípio, as que melhor conhecem o meio rural em toda a sua complexidade, as que demonstram maior sensibilidade para os problemas rurais, tendo certamente criado, de uma certa forma, uma “cultura rural” e integrado as forças sociais para o seu desenvolvimento.

3. Serem definidos pressupostos e objectivos que garantam este mesmo dinamismo das forças sociais, de forma a considerar os e as habitantes das aldeias e do meio rural como cidadãos e cidadãs de plenos direitos, a todos os níveis, tanto material, como cultural, social e político. Por outro lado, favorecer a cooperação e o intercâmbio, sem comprometer ou anular as particularidades entre o meio rural e o meio urbano, entre a agricultura e os demais sectores, e entre o local, o regional e o nacional.

4. Reconhecer a importância da agricultura e silvicultura, devendo assegurar que as políticas destinadas ao sector:

- Recuperam produtivamente o potencial das terras e dos recursos naturais, hoje desperdiçados, de forma a revitalizar social e produtivamente terrenos e espaços abandonados ou desaproveitados.

- Valorizam o património natural e cultural do meio rural, inclusive o seu património produtivo.
- Favorecem não apenas a propriedade mas sobretudo quem produz.
- Consideram a agricultura familiar e doméstica como uma forma social adequada e necessária para dinamizar a actividade agrícola, responder às exigências de modernização da agricultura e contribuir para sustentabilidade do meio rural.

A construção de uma nova dinâmica de desenvolvimento rural e das aldeias deverá fundamentar-se na necessidade de articulação entre a participação dos actores directos no processo produtivo e de participação social, dos grupos sociais locais, bem como na elaboração e condução de novas estratégias de desenvolvimento rural e, ainda, na inovação institucional a ser empreendida no sentido da preservação sócio-ambiental desse desenvolvimento.

A adequação sócio-ambiental da vida rural e das aldeias, como padrão fundamental para a sua própria sustentabilidade, bem como para a sustentabilidade das demais actividades que cada vez se afirmam mais nas áreas rurais, dependerá, em grande medida, da capacidade de diálogo e da condução de acções a fomentar entre os agentes directos, as instâncias nacionais e locais e as próprios organizações representativas dos e das residentes nas aldeias e trabalhadores/as agrícolas.

O diálogo institucional, por sua vez, deverá articular-se com as metas sociais que venham a ser estabelecidas territorialmente, provenientes do planeamento integrado e da gestão dos recursos, tendo como pano de fundo os anseios de desenvolvimento das forças sociais radicadas num dado espaço.

Importa referir também que a construção de intervenções coordenadas com metas agrícolas e agrárias que considerem a redução das disparidades sociais, bem como a combinação de tais metas com a adopção de políticas selectivas de inovação e disseminação de tecnologias baseadas em critérios de defesa e promoção ambiental; e, ainda, o fortalecimento da participação das populações nas esferas de controle social do uso dos recursos naturais, são alguns dos passos que importa garantir para a qua-

lificação sócio-ambiental das estratégias de desenvolvimento das áreas rurais e das aldeias.

Uma estratégia de desenvolvimento sustentável deverá ter em vista a promoção da harmonia entre os diversos grupos intervenientes no processo e entre as pessoas e a natureza. No sentido de superar as crises de desenvolvimento e do meio ambiente que frequentemente afectam as sociedades em geral e o mundo rural em particular, necessário se torna que as instituições políticas e económicas nacionais consigam superar as limitações que as condicionam nas suas intervenções e promovam a sua intervenção no sentido de fomentar:

- a)** Um sistema político que assegure a efectiva participação dos cidadãos e das cidadãs no processo decisório.
- b)** Um sistema económico capaz de gerar excedentes de produção e tecnologias assentes em bases confiáveis e duradouras, permanentemente renováveis, capaz de procurar constantemente soluções alternativas e que consiga captar investimentos de outras naturezas.
- c)** Um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado (com assimetrias regionais e mesmo locais que, inevitavelmente, vão continuar a surgir).
- d)** Um sistema de produção que respeite o princípio da preservação da base ecológica/ambiental do desenvolvimento.
- e)** Um sistema tecnológico que tenha subjacente a procura constante de novas soluções.
- f)** Um sistema de trocas e relações nacionais e internacionais que estimule padrões sustentáveis de comércio e de financiamento, beneficiando, nomeadamente, da proximidade ao mundo urbano.

A ruralidade, bem como as estratégias de desenvolvimento rural e do desenvolvimento local nas sociedades modernas são hoje temas de debate entre movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas dirigidas à agricultura e ao meio rural.

No entanto, uma estratégia de desenvolvimento sustentável em meio rural

deverá, antes de tudo, ter em vista promover a harmonia entre os diversos actores e agentes do desenvolvimento e entre as pessoas e a natureza, como forma de procurar resolver as crises de desenvolvimento do meio ambiente, surgidas, sobretudo, nos anos 80 do século XX, e que as actuais instituições políticas e económicas, nacionais e internacionais, ainda não conseguiram resolver.

Face a um tal modelo de desenvolvimento podemos dizer que o conceito de “desenvolvimento sustentável” transporta consigo uma relação intrínseca entre as pessoas e o meio ambiente; relação essa que é frequentemente quebrada com a postura antropocêntrica. Ou seja, o desenvolvimento sustentável pressupõe uma integração das múltiplas dimensões envolvidas na relação entre as pessoas e o meio ambiente, bem como entre os diversos agentes que intervêm no processo.

O meio rural contém, em si mesmo, particularidades históricas, sociais, culturais e ambientais, que o condicionam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que dele fazem parte integrante.

Um meio rural dinâmico pressupõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais emerge precisamente quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios, os espaços onde surgem aldeias desertificadas e onde as escassas populações residentes sofrem os efeitos perversos do isolamento, sem as mínimas condições de vida e sem terem minimamente assegurada a paridade socioeconómica em relação a outras populações.

A revitalização desses espaços e das aldeias desertificadas passa necessariamente pelo desenvolvimento do meio rural como um todo, de forma integrada, desenvolvendo as suas capacidades e potencialidades, sem deixar de reconhecer o meio rural como um lugar específico de vida e de trabalho e atendendo à sua diversidade, heterogeneidade e complexidade, de forma a garantir o dinamismo das suas forças sociais e favorecendo o intercâmbio de experiências e saberes entre o meio rural e o meio urbano, entre agricultura e demais sectores de actividade, entre o local, o regional e o nacional.

Como se afirma em documento produzido no âmbito do Projecto ASAS, “a noção de que a chamada crise do mundo rural tem tido, como contrapartida, a emergência de formas múltiplas de resistência e recriação da realidade que surgem, de facto, como respostas alternativas à crise ou, melhor dizendo, como promessas de futuro alternativo”.

É neste contexto e com esta perspectiva que se inserem as diversas Acções Descentralizadas e de Intercâmbio de Aldeias que foram desenvolvidas pelo Projecto ASAS e que permitiram a recolha de boas práticas que a seguir se descrevem.

2.

Exemplos de Boas Práticas

As experiências recolhidas em alguns locais em que se realizaram as acções que foram implementadas no âmbito deste Projecto e que dão corpo ao produto que agora se apresenta (Guia de Boas Práticas) assentam em várias vertentes de actividade e enquadram-se num conjunto de preocupações que procuram dar resposta aos múltiplos problemas com que se defrontam as aldeias isoladas e desertificadas. Problemas esses que se revestem de uma importância crescente e que são a expressão dos aspectos que afectam, por vezes de forma dramática, os e as habitantes do meio rural, a nível económico, cultural e social.

O objecto fundamental das experiências recolhidas é a preocupação com o desenvolvimento sustentável, ou seja, o desenvolvimento que permita satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de

satisfação das necessidades futuras. Facto que pressupõe a integração das múltiplas dimensões envolvidas na relação do seres humanos entre si e com o meio ambiente, bem como entre estes e a sociedade em geral de que são parte integrante.

A implementação de medidas, acções e actividades que preservem a biodiversidade, constantemente ameaçada nos seus múltiplos aspectos, é outra preocupação que o desenvolvimento sustentável não pode deixar de ter presente, preocupação essa a que os exemplos de boas práticas que a seguir se descrevem procuram dar sustentabilidade.

2.1 Querença



O projecto “Da Teoria à Acção - Empreender o Mundo Rural”, foi desenvolvido na aldeia de Querença pela Fundação Manuel Viegas Guerreiro em parceria com a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de Loulé, e pretendia aproximar jovens universitários do interior da região para desenvolver actividades economicamente viáveis em torno dos recursos naturais e culturais.

Esta iniciativa teve como grande objectivo a dinamização da aldeia de Querença, dos pontos de vista económico, sociocultural e ambiental. Para tal, nove jovens, de áreas de formação distintas, foram seleccionados para residir nove meses nesta aldeia, durante os quais desenvolverão projetos articulados entre si.

As Acções Descentralizadas e de Intercâmbio de Aldeias desenvolvidas

pelo Projecto ASAS tiveram o seu início no dia 4 de Setembro de 2012, em Querença, através deste Projecto, tendo o intercâmbio sido realizado entre esta localidade e a aldeia de Safara.

Estas acções desenvolveram-se em torno do respectivo projecto local, o qual assentava nos seguintes eixos fundamentais:

- 1.** Constituição de um banco de solos, cedidos pelos proprietários, sem compromisso. Início da produção em agricultura biológica e criação de uma bolsa local de produtores – o “Clube de Agricultores Locais”, para aumentar a oferta de produtos agrícolas a redes privilegiadas.
- 2.** Novas utilizações para produtos locais. Foi criada uma barra energética à base de figo, amêndoa, mel e alfarroba.
- 3.** Utilização de plantas autóctones em jardinagem. A recolha de sementes permitiu constituir um viveiro de plantas autóctones e criar um jardim no espaço da Fundação.
- 4.** Programa de actividades e produtos turísticos: rota de observação de libelinhas e libélulas, rede de percursos de interpretação da paisagem, experiências de proximidade com a comunidade. Produção de catálogo bimensal de divulgação de eventos/actividades (Querer), para atrair visitantes.
- 5.** Criação de uma marca distintiva para produtos e serviços, associada a um caderno de normas entretanto definido. O Mercado de Querença, de periodicidade mensal, em 9 edições gerou mais de 19.000€ de receitas e deu a conhecer mais de 50 produtos agrícolas, gastronómicos e de artesanato.
- 6.** Actividades pedagógicas com escolas, implementação de hortas pedagógicas com Instituições de Solidariedade Social, apoio a empresas locais e do interior algarvio.

Na preparação destas acções estiveram envolvidas, a nível local, a equipa do Projecto (coordenador e jovens), a Fundação, a Câmara Municipal de Loulé, a Junta de Freguesia de Querença, a Casa do Povo, a associação da 3ª idade, a escola, alguns agricultores e a Universidade do Algarve.

2.2 Safara



Safara é uma freguesia do concelho de Moura, com 57,62 km² de área e, segundo o senso de 2011, com 1.078 habitantes e uma densidade de 18,7 hab/km².

Implantada numa grande planície, com espaçosas ruas e com casas constituídas maioritariamente por rés-do-chão, como é característico no Alentejo, Safara dista da sede do Concelho (Moura) 21 Km e está localizada numa zona central, ou seja, as restantes freguesias estão localizadas ao seu redor, separadas apenas por alguns quilómetros.

A ocupação humana deste território, ao que parece, teve início na Idade do Ferro, como o comprova a existência de um povoado fortificado, um dos maiores no Alentejo, datado desse período. Os romanos e árabes também marcaram presença no território da freguesia de Safara, sendo que os últimos foram responsáveis pelo nome atribuído à mesma. Safara provém do árabe e tem a ver com a localização da freguesia (numa grande planície), uma vez que o termo significa “campina”.

O património desta freguesia é constituído, essencialmente, pela Igreja Paroquial, Ponte Romana, Capela de Santa Ana, Capela de S. Sebastião, Cruz da Maroteira, Castelo Velho de Safara, Ermida da Coroada, Moinho da Caveirinha e Moinho de Santa Marina.

As associações e colectividades desta localidade são: Centro Social e Comunitário de Safara (CSCS), Grupo Desportivo da Casa do Povo de Safara, Grupo de Forcados amadores de Safara, Grupo Coral Feminino da Casa do Povo de Safara, designado “Trigueiras do Alentejo”, Grupo de Teatro “UR Safarenses” e Círculo Artístico Musical Safarenses.

As acções concretizadas em Safara, pela parceria Animar, ADCMoura e ICE, desenvolveram-se em torno do respectivo projecto local, promovido junto do Centro Social e Comunitário de Safara (CSCS), com o envolvimento da Junta de Freguesia e da Casa do Povo de Safara. Este Projecto teve ainda o apoio da Câmara Municipal de Moura e assenta, fundamentalmente, na construção e implementação do próprio Centro Social e Comunitário, o qual iniciou funções em 1999.

O modelo introduzido na sua implementação permitiu a requalificação da colectividade e conduziu à criação de novas valências e serviços.

O aparecimento do CSCS permitiu ainda incrementar o número de sócios, graças ao surgimento de associados do sexo feminino, facto que até então inédito e que provocou alguma tensão e resistência da parte de alguns membros mais antigos da colectividade.

O Projecto vingou graças à parceria estabelecida entre a Casa do Povo de Safara, a Junta de Freguesia e a Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura. Teve igualmente o apoio da Câmara Municipal de Moura, a qual realizou o Projecto de arquitectura.

Referem os seus responsáveis e dirigentes que o CSCS produziu efeitos positivos de grande relevância, tendo, através da formação profissional, proporcionado a criação de emprego feminino nas duas aldeias que serve. Acabou por proporcionar, igualmente, qualificação comunitária, com impacte na comunidade, pelas obras e actividades inerentes ao Projecto. Proporcionou também a realização de melhorias em diversas habitações, contribuindo assim para o aumento da qualidade de vida de muitos cidadãos.

Para a materialização do CSCS contaram com o apoio financeiro do Programa Integrar, com fundos da Segurança Social. Ao abrigo do mesmo financiamento, a ADCMoura dinamizou a acção de formação das mulheres que garantiram o arranque dos serviços. Algumas desempenham ainda hoje funções no CSCS, uma estrutura 100% feminina, que presta apoio nas aldeias de Safara e de Santo Amador.

Este projecto, segundo os seus promotores, sentiu dificuldades ao nível do ritmo de financiamento, o que exigiu enorme resiliência e a colaboração decisiva de alguns actores locais.

2.3 Chãos (Rio Maior)



Rota dos Pastores, a Visita à Gruta de Alcobertas e o Lançamento do Queijo “Terra Chã Natur” são momentos únicos que comportam em si uma grande beleza e constituem outros tantos atractivos duma visita a estas paragens.

A Rota dos Pastores, promovida pela Cooperativa Terra Chã, destina-se fundamentalmente aos padrinhos do rebanho comunitário, que sustenta o projecto de conservação da gralha-de-bico-vermelho, e serve também de base ao lançamento do queijo “Terra Chã Natur”.

A produção de queijo com marca própria tem como finalidade a valorização dos produtos obtidos a partir do rebanho comunitário, previstos no projecto de conservação da gralha-de-bico-vermelho, com vista à sua sustentabilidade.

Numa parceria com a queijaria da Escola Superior Agrária de Santarém, onde é produzido, o queijo obtido a partir do leite das cabras do rebanho comunitário, constituído em 2009, está a ser comercializado na loja e no restaurante que a Cooperativa Terra Chã tem em Chãos e em mercearias e restaurantes da região.

No âmbito deste projecto é promovida a “Rota dos Pastores”, uma iniciativa que leva os turistas a acompanhar o rebanho pela Serra d’Aire e Candeeiros, numa distância de cerca de 4,5 quilómetros, guiados por um pastor.

O Percurso interpretativo procura recriar o dia-a-dia de um pastor serrano. Os participantes conduzem um rebanho de cabras com o pastor que serve de guia, através de antigos trilhos percorridos no passado. Observa-se a

Natureza, aprende-se a tocar a famosa flauta tradicional dos pastores e são feitas referências aos jogos tradicionais praticados nos encontros de pastores.

Na visita à Gruta de Alcobertas é possível constatar que esta gruta esteve muitos anos abandonada, tendo a Associação Juvenil Rancho Folclórico de Chãos tomado a iniciativa de desenvolver um projecto de conservação, divulgação e valorização deste património. Esta Associação e a Cooperativa Terra Chã, duas organizações sem fins lucrativos, promoveram visitas temáticas a esta gruta, situada junto à aldeia de Chãos.

Localizada numa das encostas da serra dos Candeeiros e com ocupação humana desde há cerca de 15 000 anos, esta necrópole é composta por quatro salas em plano horizontal, numa extensão de cerca de 210 metros, atingindo em certos pontos, 9 metros de altura. Local de elevado interesse arqueológico, chegou a ser considerada uma das mais belas grutas da Europa, estando classificada como Monumento Nacional. Aqui foram encontrados indícios de ocupação humana de primitivas civilizações e das suas manifestações fúnebres, provenientes do Paleolítico Superior.

O rebanho comunitário conta actualmente com 160 cabras e constitui o eixo fundamental do projecto de conservação da gralha-de-bico-vermelho, numa parceria entre a Cooperativa Terra Chã, a Quercus e a uma empresa de telecomunicações.

O objectivo do projecto é voltar a criar as condições de habitat que permitam o regresso das aves para nidificação, ao mesmo tempo que, ao reduzir a quantidade de biomassa no terreno, é prestado um contributo para a prevenção de incêndios.

2.4 Covas do Monte (S. Pedro Sul)



As acções que aqui são descritas desenvolvem-se em torno do Projecto local de Covas do Monte e reportam-se à disseminação de boas práticas de desenvolvimento local em meio rural, que proporcionam a requalificação dos territórios e a promoção e o envolvimento das populações locais nos seus próprios processos de desenvolvimento, promovendo ao mesmo tempo a consolidação, enriquecimento e visibilidade dessas práticas, possibilitando o debate sobre perspectivas de futuro e a sustentabilidade para os territórios rurais.

À volta da aldeia de Covas do Monte fica uma imensa montanha de xisto, manchada de verde das giestas e do mato, aqui e ali salpicada por algumas manchas de pinheiros e alguns, poucos, eucaliptos. Olhando no prolongamento do vale são visíveis os campos férteis e verdejantes. Ali perto, no topo da serra, espreita o Portal do Inferno.

Vivem na aldeia de Covas do Monte 50 pessoas que têm na pastorícia a sua principal fonte de rendimento. As cerca de 2.000 cabras existentes na aldeia sobem diariamente, num espectáculo inusitado e surpreendente, as várias encostas e, para as guardar, os e as habitantes organizam “parceiradas” em que se revezam, à vez e de forma comunitária, na guarda do gado (que designam por pobreiro).

A visita à largada das cabras e a escalada da serra onde elas diariamente se alimentam é uma experiência de rara beleza, mas também de uma violência extrema, em termos de caminhada, difícil de suportar e de explicar, sobretudo para quem não está habituado à rudeza de um tal ambiente. Revela, ao mesmo tempo, a dureza deste trabalho para quem diariamen-

te tem que subir e descer aquelas montanhas verdejantes mas rudes e agrestes.

Saliente-se, entretanto, que o rebanho das cerca de 2.000 cabras não é comunitário. Cada proprietário tem determinado número de cabras, as quais se juntam diariamente num rebanho único para irem para as montanhas onde se alimentam. A sua guarda é que é organizada de forma comunitária.

No prolongamento do vale ficam situadas as “Terras do Pão”. São terrenos férteis e com abundância de água que escorre da serra por alguns ribeiros que no estio é utilizada e distribuída pelos campos através de um regadio tradicional. É também essa água que dá força para fazer andar as mós dos seculares moinhos de água, onde, antigamente, se procedia à moagem dos cereais para fazer a broa. Um desses moinhos foi recuperado e serve, ainda hoje, para moer o milho e fazer a tal farinha com que se faz a broa à moda antiga. Apesar de ter sido recuperado, este moinho encontra-se a funcionar em precárias condições de salubridade e segurança.

A aldeia de Covas do Monte fica encravada num vale da região serrana do concelho de São Pedro do Sul, região serrana essa que é constituída pelas serras da Arada, da Freita e de São Macário, situada no centro do país, e é, desde há vários anos, marcada por um processo de desertificação e envelhecimento das suas populações, consequência, fundamentalmente, da emigração de pessoas em idade activa, saídas em busca de melhores formas de vida.

No dealbar deste século funcionavam ainda, em muitas das aldeias desta região, escolas do 1ºCEB com um número significativo de alunos, aldeias e escolas que nos últimos anos tentaram reagir à sua sorte através de dinâmicas de animação comunitária e combate ao isolamento, sobretudo sob o impulso do Projecto de Escolas Rurais, desenvolvido pelo ICE, com o apoio da Câmara Municipal de São Pedro do Sul.

Nos primeiros anos do século XXI, com o início da reorganização da rede escolar e o conseqüente encerramento das escolas das aldeias, o processo de desertificação e envelhecimento acelerou-se rapidamente.

Descapitalizadas e depauperadas, as aldeias acentuaram a sua tendência para se fecharem em práticas rotineiras, como que paradas no tempo, com as poucas crianças e jovens que nelas subsistiam (ou subsistem) a ser diariamente deslocadas para as escolas situadas a 20 e 30 kms de distância ou, mesmo, obrigadas a permanecer, ao longo da semana, na sede do concelho, alojados numa residência de estudantes.

Foi em reacção a esta situação de não futuro em que vêm caindo as aldeias, que tomou corpo o Projecto Serra Educativa, o qual teve o apoio de um programa de financiamento – o Progride – orientado para a reanimação e requalificação das suas aldeias.

Este projecto foi iniciado tomando como porta de entrada Covas do Monte, uma das oito aldeias da freguesia de Covas do Rio, na perspectiva de transformação em pólo difusor de dinâmicas de desenvolvimento. Todavia, este desiderato só será alcançado se for possível:

- Construir um sentido colectivo, trabalhando os diferentes grupos sociais e as suas relações.
- Envolver os jovens no processo, dando-lhes oportunidades de intervenção.
- Criar condições na associação local para que seja o centro dinamizador da aldeia de Covas do Monte.
- Estabelecer contactos com diferentes grupos e instituições, promovendo a aldeia.
- Induzir a organização de iniciativas que abram a aldeia a gente de fora e lhe tragam novos recursos e movimento.

A agricultura das “Terras de Pão” (terrenos do vale onde são cultivados os cereais e as hortícolas, essencialmente para consumo próprio) é feita individualmente, mas em alguns casos, para as sementeiras ou colheitas, são convidados os vizinhos, a ajudar, não existindo para isso uma organização específica, variando de situação para situação e de ano para ano.

Os lugares de encontro das pessoas são as ruas e os campos. O convívio mistura-se com o trabalho. Existe, porém, um lugar por onde vai passando toda a população. Esse lugar é um pequeno largo, a que chamam “Largo

da Pinta”, ponto de confluência de algumas ruas, onde existem uns troncos que servem de banco e onde as pessoas se vão encontrando, ora para organizar as actividades, ora simplesmente para conviver.

Embora, em si mesmas, sejam todas estas características ou pelo menos a maioria delas, indicadores da estagnação e da rotina que pesa sobre Covas do Monte, é através de grande parte delas que se perspectiva a sua reanimação. Os hábitos de encontro e convívio dos seus habitantes ou as práticas de partilha em que se inscreve a actividade económica, são os pontos luminosos em que se apoia a intervenção para induzir projectos de requalificação do local. Assim o permite o contacto directo com as pessoas, possibilitado, tanto pela pequena dimensão da aldeia, como pelos seus modos de vida.

2.5 São Torcato



A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (ADCL) de São Torcato é uma organização privada sem fins lucrativos (IPSS), constituída em 1994, como resultado da última fase do Projecto de Educação para o Desenvolvimento, no âmbito de um Projecto de Luta Contra a Pobreza. Tem a sua sede na Vila de S. Torcato, em Guimarães, e a sua finalidade é a de “Cooperar com as comunidades locais no seu desenvolvimento integrado e sustentado, procurando melhorar as condições de vida das populações, no plano individual e colectivo, numa perspectiva de promoção da cidadania e da inclusão social”. A área de abrangência é supra concelhia, tendo o concelho de Guimarães como área de intervenção prioritária.

A sua orientação metodológica é desenvolvida na perspectiva da construção de acções e projectos a partir das necessidades sentidas no terreno, através de um trabalho de pesquisa e percepção de necessidades. Os projectos são construídos numa lógica de participação e de investigação-acção, procurando a construção de práticas ajustadas e reflectidas, em consonância com os públicos a que se direccionam. Estruturada em diferentes respostas sociais e múltiplos projectos, a ADCL direcciona a sua intervenção, em grande parte, a públicos desfavorecidos, em situação de risco/exclusão social, procurando desenvolver respostas integradas na resolução dos problemas com que estes se debatem, intervindo ao nível de três grandes áreas:

- Área de Intervenção da Educação/Formação;
- Área de Intervenção da Infância e Juventude;
- Área de Intervenção Sócio - Comunitária.

É nesta última área que se encontra o Centro Comunitário de São Torcato, o qual visa promover o desenvolvimento local, a capacitação da comunidade e a cidadania activa, disponibilizando e dinamizando, para o efeito, um espaço que se constitui como centro de recursos, centro de investigação-acção e dinamização social e comunitária. As diferentes acções assumem objectivos diferenciados que vão desde a promoção da saúde e bem-estar, promoção de novas aprendizagens de inclusão digital e cultural, passando pela promoção de uma vida socialmente activa, integração social, e mesmo promoção dos recursos e produtos endógenos da região.

A comunidade beneficia de uma mediateca/hemeroteca educativa, um serviço de atendimento e acompanhamento psicológico, e de um conjunto de dinâmicas de grande impacto na comunidade local, tais como: Feira da Terra, Jornadas da Juventude e do Teatro, Informática sénior, grupo de teatro, grupo de bordados, Grupo “Outra voz” – CEC, ginástica sénior, bem-envelhecer e grupo de guitarras. As diferentes respostas têm potenciado um forte envolvimento da comunidade e apropriação de projectos e dinâmicas que se reflectem numa vida mais activa e no desenvolvimento da comunidade.

As acções que daqui decorrem contam com a participação activa daqueles a quem se destinam, mas também com os contributos de diferentes

entidades parceiras, nomeadamente: CMG, Junta Freguesia do Vale de S. Torcato, CSIF, Rede Social, Capital Europeia da Cultura, Tempo Livre, EAPN, INATEL, agrupamentos de escolas, Irmandade de S. Torcato e Santa Casa da Misericórdia.

A implementação das acções esbarra em algumas dificuldades que se prendem com a dispersão geográfica, condição socioeconómica da região e algumas limitações em termos de recursos institucionais.

A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais tornou-se, entretanto, num Centro de novas Oportunidades, cuja função é assegurar a todos os cidadãos maiores de 18 anos, do concelho de Guimarães, em particular aos mais desfavorecidos ou vulneráveis, uma oportunidade de qualificação e certificação escolar e profissional, de nível básico ou secundário, adequada ao seu perfil e necessidades, numa lógica de proximidade.

A sua estratégia de actuação tem como referência os valores da Entidade e aposta nos seguintes vectores estratégicos:

- Actuar numa lógica de proximidade, desenvolvendo actividades em itinerância;
- Promover a capacitação dos adultos, conduzindo-os à adopção de lógicas de aprendizagem ao longo da vida;
- Garantir a Igualdade de Oportunidades e de Género;
- Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável em meio rural através da formação/educação;
- Encaminhar os activos para respostas de qualificação adequadas.

A ADCL conta com uma equipa responsável, com perfil técnico e formação adequada para o desenvolvimento das diferentes etapas de intervenção do Centro, tendo por base as orientações da Agência Nacional para a Qualificação e da Carta de Qualidade.

Situando-se num contexto de intervenção ao nível do Concelho de Guimarães, procura responder às necessidades e motivações dos adultos, encontrando o percurso de qualificação mais adequado ao seu perfil, expectativas e interesses.

O Centro de Educação/Formação da ADCL é um espaço que tem procurado responder de forma abrangente e ambiciosa a um conjunto de desafios e necessidades, construindo, numa lógica de parceria, projectos que, sem perder de vista a comunidade no seu todo, têm progressivamente procurado abranger jovens e adultos. Tem orientado a sua acção, através dos diferentes projectos desenvolvidos e apoiados pelos diferentes programas, consciente de que, a promoção do desenvolvimento comunitário é obra das próprias comunidades e deverá apoiar-se num processo contínuo de educação e formação permanente que contribuirá, definitivamente, para a sua autopromoção e emancipação.

Um conjunto de condições e pressupostos, coerentes com o seu quadro de princípios, fundamentam e justificam as actividades desenvolvidas:

- a)** Necessidade de generalizar os níveis básicos de escolaridade a toda a população;
- b)** Garantir a igualdade de oportunidades de educação e formação a todos os cidadãos;
- c)** Construir respostas adequadas para determinados grupos sociais que, por motivos pessoais, familiares e profissionais, têm dificuldade na deslocação regular e assídua às escolas ou a outros espaços físicos educativos.

É com base nestes pressupostos que todas as candidaturas apresentadas pela ADCL aos programas nacionais e/ou transnacionais têm subjacente uma filosofia de formação, um diagnóstico de necessidades locais e um estatuto singular entre as entidades proponentes de formação no contexto local.

2.6 Covide (Terras de Bouro)



A «Calcedónia – Fundação para o Desenvolvimento Rural» foi criada a 14 de Fevereiro de 1996, em Covide, concelho de Terras de Bouro, por 3 irmãos que afectaram à fundação um conjunto de bens e valores pessoais, com a finalidade de promover a salvaguarda dos valores locais (da ruralidade) e a fixação de pessoas por via da criação de emprego, visando inverter o rumo regressivo em curso neste concelho rural do interior.

Inquietados com a tendência de crescente enfraquecimento da dinamização desta aldeia rural e do território (concelho) onde está inserida (traduzido no êxodo rural / perda e envelhecimento demográfico, no empobrecimento económico / falta de emprego, abandono das actividades agrícolas tradicionais, e consequente ameaça de deterioração do património cultural, natural e paisagístico, e perda de identidade do território), os instituidores uniram-se em torno da criação desta fundação como forma de agregar esforços pela prossecução dos seguintes objectivos gerais:

- 1.** Desenvolver os vários sectores económicos e sociais
- 2.** Dinamizar os recursos endógenos locais
- 3.** Integrar a comunidade local, especificadamente a população feminina, no trabalho local
- 4.** Implementar iniciativas de carácter inovador e efeitos demonstrativos
- 5.** Preservar a cultura local e conservar a sua identidade
- 6.** Sensibilizar as populações e em especial as crianças e jovens para a importância da conservação e valorização do património da região, dos produtos e actividades tradicionais.

7. Valorizar e diversificar toda a gama de produtos locais, desenvolvendo o seu escoamento junto de potenciais nichos de mercado.

Deslocando-se à Calcedónia, quem a visita tem a oportunidade única de experienciar o contacto com a genuinidade do mundo rural, através dos odores e sabores da cozinha familiar, no “Cantinho do Antigamente”, apreciar a cultura de plantas medicinais, condimentares e aromáticas e levar para casa espécies como a Cidreira, o Hipericão do Gerês e o Limonete. Pode também encomendar ou saborear uma broa de milho confeccionada com farinha obtida num moinho de água e cozida em forno de lenha, ou comprar uma garrafa de azeite aromático.

Visitar e percorrer calmamente a quinta onde estes produtos são produzidos, é outra das actividades que é oferecida, especialmente vocacionada para a vertente pedagógica e dirigida a grupos de crianças e jovens que procuram conhecer melhor o modo de vida rural em todas as suas vertentes.

O «Cantinho de Antigamente» abarca ainda outras valências, que embora distintas se complementam, e que são:

- «Casa do Pão».
- «Fumeiro», espaço para desmancha do porco e preparação dos seus derivados, licenciado em 2008.

O investimento neste espaço onde se revivem tradições e se degustam sabores tradicionais foi de, aproximadamente, 100.000 euros, apoiado pelo Leader II e pela Câmara Municipal de Terras de Bouro (contribuição em material e máquinas).

Em finais de 2001, a Fundação iniciou a actividade de turismo rural numa casa adquirida e restaurada para esse fim, pela instituição «A Casa do Postigo».

Em 2008, a Calcedónia viu licenciado o fumeiro, «transformação e curados de suíno, tripa enfarinhada, sangue de suíno cozido» e o fabrico de «compotas» através da «Licença de CALCEDÓNIA – Fundação para o Desenvolvimento Rural».

Outra das grandes apostas da Fundação é o «Cantinho dos Aromas e Essências», dedicado ao cultivo de plantas aromáticas, medicinais e condimentares em modo de produção biológico, com licença desde Dezembro de 2008. Trata-se de um projecto apoiado pelo LEADER+, com o objectivo de conservar aquelas espécies, defender os seus ecossistemas, fomentar a sua divulgação e valorização junto dos seus interessados.

2.7 Cabreira do Côa (Almeida)



A Associação Sócio Terapêutica de Almeida, de orientação antroposófica, foi fundada (juridicamente) em 26 de Outubro de 1998 por Maria José Dinis da Fonseca (mãe de um jovem com deficiência mental). Iniciou as actividades em Outubro de 2000 com 6 jovens na casa da fundadora, na aldeia onde nasceu, Cabreira do Côa - Concelho de Almeida, Distrito da Guarda. O Centro Regional de Segurança Social da Guarda, que desde o início acreditou neste projecto, estabeleceu um acordo de cooperação desde essa data, o que permitiu a sua sustentabilidade e progressão. Desenvolve um conjunto de actividades/ateliers, em interacção com a comunidade local, contribuindo desta forma para a sua dinamização.

Os objectivos deste Projecto são os seguintes: a educação, apoio e integração social e económica de pessoas com deficiência mental e multideficiência, numa ambiência comunitária e sócio terapêutica, com a perspectiva bio-psico-social e espiritual.

Os projectos em causa pretendem conjugar os objectivos traçados, contribuir para a autonomia e a auto estima de todos os participantes, desenvol-

viendo em simultâneo actividades que possam ser socioeconomicamente rentáveis e susceptíveis de gerar sinergias, integração espontânea, e sustentabilidade, atenuando ainda os efeitos da interioridade e desertificação da região.

O apoio e as parcerias criadas com os amigos/parceiros da ASTA geram as condições necessárias que asseguram a continuidade do Projecto.

Trata-se de um projecto consolidado desde 1998, o qual tem vindo a crescer paulatinamente, com certificação da qualidade, e constitui uma resposta social de grande valia no território em que está inserido.

Para além de instalações adaptadas, a replicação depende essencialmente de um corpo de recursos humanos com formação e motivações específicas.

Para levar a cabo as suas intenções, a ASTA propôs-se:

- Criar e equipar espaços físicos adequados, susceptíveis de responder às necessidades terapêuticas e sociais dos utentes (companheiros), incluindo núcleos habitacionais com ambiência familiar dentro da própria aldeia aproveitando casas degradadas que pudessem ser doadas ou adquiridas a baixo preço. Realizando-se assim a intenção de uma verdadeira inserção e interacção da ASTA com a comunidade;
- Responsabilizar e valorizar, através da repartição de tarefas caseiras (olhando sempre às potencialidades individuais) entre utentes e educadores-colaboradores, sem privilégios, além de inserir, corresponsabilizando, nas actividades cívicas da própria aldeia;
- Interagir com as famílias, para apoio e maior compreensão da globalidade de cada utente;
- Dar apoio individualizado, através de um acompanhamento biográfico, ocupacional/utilitário e terapêutico;
- Desenvolver actividades artesanais e artísticas, estimulando terapeuticamente as potencialidades criativas e promovendo as competências através da carpintaria, cerâmica, barro, tecelagem, papel reciclado, teatro, música, etc.

- Estabelecer um contacto rítmico com a terra e a natureza aproveitando todo o espaço rural circundante, através da jardinagem, agro-pecuária e agricultura biológica;
- Promover manifestações culturais, exposições, congressos e conferências, susceptíveis de contribuir para uma maior socialização e para o reconhecimento e dignificação da diferença;
- Utilizar a Pedagogia Curativa e a Sócio Terapia como base de trabalho e convivência.

A ASTA não tem intenção directa de normalizar mas sobretudo de individualizar, para que cada um encontre o caminho mais adequado. Mais do que ocupar quer, através da convivência e do trabalho pedagógico e sócio terapêutico num contexto comunitário de cariz rural, contribuir para a autonomia, auto suficiência e auto estima, por forma a que cada um se converta num membro social digno, útil e produtivo (respeitando sempre os potenciais e as características de cada um), tendo em conta as três condições indispensáveis para que um ser humano/cidadão se sinta verdadeiramente incluído: uma família, um trabalho e um grupo social.

Tendo em vista este fim, os envolvidos neste projecto criaram núcleos familiares na aldeia da Cabreira, o que permitiu a expansão de actividades e o acolhimento de mais jovens em regime residencial. A recuperação e equipamento das casas tiveram lugar, essencialmente, a partir de voluntariado, donativos, um apoio da Fundação Oriente - Casa da oliveira e de uma candidatura à Raia Histórica – Programa Leader, para a Casa Cristalina. A reconstrução da casa São Miguel, habitada desde Setembro de 2010, como Núcleo Autónomo (foi objecto de apoio em 50%, pelo Programa PARES).

Em 2004 concluíram uma obra de raiz, situada a 1 km da aldeia "Alto da Fonte Salgueira", um espaço ecológico. Isso permitiu-lhes o desenvolvimento pedagógico, terapêutico e social. É um equipamento, constituído por 3 edifícios distintos: Ateliers Verde Pino - oficinas, auditório polivalente, espaços administrativos e terapêuticos; Casa da Fonte – residencial; Atelier de Carpintaria.

A sua construção foi financiada em 60% pelo PIDDAC, sendo os restantes 40% provenientes de subsídios da Fundação Maehl e Fundação Software

(Alemanha), da Fundação Lord Michelham (Suíça) e ainda, da doação de obras de arte de 70 artistas portugueses e estrangeiros (vendidas em exposição pública) além de outras campanhas para angariação de fundos.

De referir ainda a existência, desde Outubro de 2009, do equipamento - Piscina Terapêutica "Os 4 elementos". Este é um projecto singular, tendo em conta o interior profundo em que se situa, com uma construção adequada, que permite praticar várias técnicas específicas de hidroterapia, tais como o Watsu. A construção deste espaço apenas com apoio da Sociedade Civil, grupo de amigos da ASTA e "Bolsa de Valores Sociais", colmatou uma necessidade de respostas terapêuticas, na promoção de bem-estar e manutenção/prevenção da saúde, tanto ao nível do grupo alvo, como da população que envolve, sendo de referir que os espaços e equipamentos da ASTA estão sempre abertos à população desde que salvaguardadas as actividades e ritmos internos.

A ASTA tem desde o início, uma dinâmica pedagógica e cultural, de socialização, sensibilização e responsabilização, manifestada através das acções rítmicas que leva a cabo, sendo exemplo disso: Marcha Dedicada às Crianças do Mundo (anual), Feira da Solidariedade (anual), actuações do grupo musical "Pé Coxinho", representações do grupo de teatro, interacções com Escolas do concelho e institutos de Ensino Superior da região, além dos intercâmbios anuais com grupos congéneres nacionais e estrangeiros.

Todo o trabalho desenvolvido nos ateliers tem sempre uma componente terapêutica, estética e utilitária por forma a que seja dignificado e reconhecido como contributo sócio-económico e de cidadania.

2.8 Sever do Vouga



A “SOLIDÁRIOS - Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo”, desenvolveu um Projecto que teve início em 2000 quando a entidade instalou o Centro de Recursos para o Desenvolvimento, na comunidade de Couto de Esteves, tendo definido como estratégia de intervenção valorizar os saberes e recursos da população, em especial das mulheres, bem como elevar a sua escolaridade e qualificá-las profissionalmente para o exercício de actividades com potencial futuro em zonas rurais de baixa densidade.

Os instrumentos utilizados para a concretização desta estratégia foram:

- Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos, com dupla certificação escolar e profissional na área da agricultura biológica.
- Educação transgeracional (não formal) para valorização do património e cultura locais.
- Estudo para uma formação específica em meio rural – avaliação da formação realizada no território e propostas para um modelo de formação ajustado à realidade de territórios rurais de baixa densidade.
- Dinamização de actores locais para a criação de mercado de produtos biológicos e de condições favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas de criação de emprego/ actividade.
- Mobilização e capacitação de agricultores, famílias, funcionários da autarquia, professores e alunos, para gerar comportamentos e modos de produção ecológicos.

Os principais actores foram formandas e formandos, formadores e formadoras, técnicos e técnicas permanentes, consultores/avaliadores, agricultores e agricultoras, professores, jovens e crianças das escolas.

Os parceiros foram: Município de Sever do Vouga, Juntas de Freguesia e Associações locais, CETRAD-Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, ERVITAL-Plantas Aromáticas e Medicinais, Lda, CEARTE – Centro de Formação para o Artesanato.

Apoios financeiros: Orçamento de Estado, POEFDS, POPH, Programa Leonardo da Vinci/Grundtvig, Mecanismo Financeiro do Espaço Europeu/Fundo ONG – componente ambiente e Município de Sever do Vouga.

Principais dificuldades sentidas: a visão e a atitude que grande parte da população tinha sobre a formação profissional, encarando-a apenas como um meio de melhorar o rendimento da família; os bloqueios face à escola; a mentalidade de que à mulher é reservado o espaço familiar e ao homem o mundo profissional e empresarial, e ainda o apego forte aos modos de produção agrícola convencionais.

Como resposta, a "Solidários", através dos/as formadores/as e técnicos/as, apostou principalmente em acções e métodos de educação e formação em que os/as adultos/as e suas famílias foram estimulados, de modo a garantir o seu envolvimento e implicação nas mudanças propostas. Como exemplo, referimos que, no Estudo acima citado foram utilizados a entrevista, o questionário, mas também técnicas participativas, como o Focus Group e representações/dramatizações em que ex-formandos/as puderam expressar as suas opiniões e perceções.

As maiores potencialidades são: as mudanças de mentalidade e comportamentos na família e na comunidade, bem como nas práticas agrícolas já concretizadas; o alargamento da rede de relações e a capacitação das mulheres para se afirmarem junto de entidades públicas e privadas.

Ao nível da agricultura biológica e do ambiente, o impacto gerado na comunidade, e o apoio do Município permitiram criar um ambiente menos hostil àqueles/as que pretendem produzir pelo modo biológico.

A intervenção, realizada entre 2000 e 2011, teve como principal instrumento cursos de educação e formação os quais, pela sua estrutura, quer a nível curricular e temporal, quer financeiro permitiram a sustentabilidade do projeto nesse intervalo de tempo.

2.9 Deão (Viana do Castelo)



A aldeia de Deão situa-se na margem do rio Lima e tem vista panorâmica do Alto do Monte Crasto. Com uma área de 2,3 Km², tinham no ano de 2001 cerca de 964 habitantes, sendo 423 do sexo masculino e 541 do sexo feminino. Disponha nesse ano de 279 famílias com uma dimensão média de 3,5 elementos. Em 2003 tinha 880 eleitores.

As actividades mais exercidas nesta localidade são a agricultura, a pecuária, a pesca, o pequeno comércio e a pequena indústria de serralharia e carpintaria. O património construído com valor turístico tem a sua expressão quase exclusivamente na Igreja Paroquial com a sua Torre, nas capelas de S. Francisco e da Senhora do Norte, S. Luís e Santa Margarida, no Pelourinho e no Pórtico.

A primeira notícia referente à paróquia de "Daíam" aparece nas Inquirições de 1220, de D. Afonso II. Nesta data era abade da igreja Martinho Fernandes. Nas Inquirições de 1258 era seu capelão João Fernandes e em 1370 foi confirmado abade de Deão, Aparício Rodrigues. Deão era do padroado real, competindo a confirmação da apresentação ao bispo de Braga.

Américo Costa descreve-a como abadia da apresentação do padroado real, no antigo concelho de Geraz do Lima. Efectivamente, no foro administrativo, pertenceu, em 1839, à comarca de Ponte de Lima e concelho de Geraz do Lima. Em 1852, fazia parte da comarca e concelho de Viana e, em 1878, do julgado de Darque.

O motivo principal da Acção de Intercâmbio realizada em Deão, no âmbito do Projecto ASAS, a qual permitiu a recolha da experiência que aqui fica referenciada neste Guia de Boas Práticas foi o envolvimento da Associação Juvenil de Deão em várias iniciativas e projectos, cujo exemplo importa referir e descrever.

AJD – Associação Juvenil de Deão foi fundada em 19 de Abril de 1997, sendo o seu objecto a criação e o desenvolvimento actividades sociais, culturais, desportivas e artísticas para a juventude, designadamente na área da ocupação dos tempos livres, do voluntariado, da cooperação e da formação, promovendo e dinamizando o acesso à informação, a integração social, a participação cívica e a igualdade de género. Tem para o efeito, na sua estrutura, as seguintes secções em funcionamento: oficina de artesanato; grupo de teatro; ludoteca; boletim informativo; percursos pedestres e sessões de ginástica. No âmbito das suas múltiplas actividades promove as comemorações do Dia Internacional da Juventude, o cantar das Janeiras, o passeio anual, as sessões de informação, tertúlias e debates, a formação, os projectos inseridos no Programa OTL e os intercâmbios (Programa Juventude em Acção). Além das actividades enumeradas, esta Associação tem, nos últimos anos, desenvolvido um conjunto de projectos de intervenção social. É, ainda, um centro de cultura e desporto filiado no Inatel.

Como exemplo da multiplicidade de actividades que desenvolve, a AJD promoveu no dia 24 de Outubro, em Viana do Castelo e em parceria com o Agrupamento de Escolas de Arga e Lima, o Dia pela Igualdade. Esta iniciativa surgiu no âmbito do projeto que a AJD está a desenvolver em Viana do Castelo, desde 2011, intitulado “Caminhos da Igualdade”, o qual pretende motivar a sociedade a desenvolver a participação das mulheres na esfera pública e a participação dos homens na esfera privada, contribuindo para a Igualdade de Género neste território, procurando, através de diferentes actividades, dinâmicas e projectos, informar e sensibilizar

para a temática da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Como se referiu atrás, foi em Abril de 1997 que três jovens amigos criaram a Associação Juvenil de Deão. Actualmente envolvem as crianças, os jovens e até os/as mais velhos/as em oficinas de literatura, artesanato, música, na ginástica e até na dança hip hop e mantêm aberta uma ludoteca onde os estudantes recebem apoio escolar.

Em Outubro de 2010, a Escola de Cavaquinhos da AJD fez a sua primeira actuação pública, na Escola EB2,3/S de Lanheses.

2.10 O Douro e o Projecto das Aldeias Vinhateiras



As Aldeias Vinhateiras do Douro são espaços marcadamente rurais, estreitamente ligados à história da vinha e do vinho, tendencialmente fragilizados, em processo de decréscimo populacional, em que o sector primário continua a assumir um papel importante, predominando as actividades vitivinícolas. No sentido de dinamizar algumas destas aldeias foi lançado um projecto de requalificação urbana abrangendo localidades de diferentes concelhos durienses, ao qual se seguiu um outro de dinamização socioeconómica e, finalmente, uma plano de animação turística.

Formalizado no ano 2001, este programa envolveu um pequeno conjunto de aldeias de cinco concelhos: Barcos (Tabuaço), Favaios (Alijó), Provezende (Sabrosa), Salzedas e Ucanha (Tarouca) e Trevões (S. João da

Pesqueira). Na sua essência, visava-se “a criação de uma dinâmica de regeneração e valorização das aldeias do Douro Vinhateiro, através da revitalização socioeconómica, da fixação da população e do reforço da promoção turística do Douro”.

Os 22 concelhos que integram a AIBT- Douro, correspondentes ao Vale do Douro Norte, Vale do Douro Sul e Terra Quente Transmontana, apresentam acentuadas desigualdades internas, convivendo pólos de média dimensão e certo dinamismo económico (como Vila Real), com extensas áreas rurais, marcadas pela predominância da agricultura e do emprego não qualificado e por uma baixa densidade populacional. A taxa de analfabetismo é ainda elevada, assim como o abandono escolar, e as pessoas mais qualificadas vivem, sobretudo, nas localidades de maior dimensão.

O Programa “Aldeias Vinhateiras” articulou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte com os cinco municípios envolvidos – Alijó, Sabrosa, S. João da Pesqueira, Tabuaço e Tarouca -, a Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN) e o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), sendo os municípios as entidades promotoras. As aldeias em causa foram seleccionadas atendendo à sua identidade cultural e à sua ligação particular com a vinha e o vinho, e tendo em conta um conjunto de critérios específicos, nomeadamente: a densidade populacional; as acessibilidades; e os valores históricos, patrimoniais e paisagísticos.

De uma forma global, as intervenções materiais, que envolveram um investimento de cerca de 11 milhões de euros, contemplaram a requalificação dos espaços públicos, a colocação e remodelação da pavimentação, a instalação e/ou modificação de infra-estruturas básicas (águas residuais, esgotos, iluminação, telefone), a colocação de mobiliário urbano, a melhoria das acessibilidades, a recuperação de fachadas e coberturas de edifícios particulares adjacentes com a zona pública, e a reabilitação dos edifícios públicos, nomeadamente das sedes das Juntas de Freguesia.

Na componente imaterial, com investimento um pouco superior a um milhão de euros, foram realizados dois projectos específicos, um na área da “Empregabilidade” (cerca de 700 mil euros) e outro no domínio da “Comunicação e Promoção” (cerca de 300 mil euros). O projecto de “Empregabi-

lidade”, designado por “Aldeias Vivas”, realizado entre Fevereiro de 2006 e Maio de 2007, visou promover a iniciativa local, desenvolver novas competências profissionais e sociais e incentivar articulações interinstitucionais.

A componente de “Promoção e Comunicação”, executada através do projecto “Aldeias Vinhateiras do Douro – Promoção e Comunicação para a Sustentabilidade”, da responsabilidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, assentou na criação de uma imagem gráfica para o conjunto das aldeias, no lançamento de uma página Web e de uma Newsletter e na realização do primeiro Festival das Aldeias Vinhateiras. Este Festival teve lugar em Setembro e Outubro de 2007, contemplando 13 dias de programação (dois a três dias em cada aldeia) e cerca de 80 iniciativas culturais em todas as aldeias.

As seis aldeias do Programa situam-se no espaço duriense do chamado Cima Corgo. A mais habitada é Favaios, com 1314 moradores, seguida de Salzedas (861), Barcos (739), Trevões (639), Ucanha (423) e Provesende (417). Em Salzedas, Trevões e Ucanha a população tem diminuído, enquanto que nas restantes tem subido ligeiramente, talvez beneficiando da maior proximidade às respectivas sede de concelho.

Em todas as aldeias, a agricultura, especialmente a vitivinicultura, é a principal actividade económica, estando o comércio em segundo lugar. Favaios apresenta uma maior diversidade de comércio e serviços, estando Barcos na situação oposta. As actividades de animação turística são, em todos os casos, relativamente escassas. Porém, as actividades culturais têm alguma expressão, sendo traduzidas em Grupos de Teatro (Favaios e Ucanha) ou de Cantadores de Janeiras (Provesende, Salzedas e Ucanha). Em Provesende e Barcos, após o Festival das Aldeias Vinhateiras de 2007, passou a realizar-se a Festa da Vinha e do Vinho e em Trevões tem lugar a Semana Cultural, assim como montarias ao javali, que atraem bastantes visitantes. Além disso, todas as aldeias, como maior ou menor dinamismo e projecção, organizam as festas dos respectivos Santos Padroeiros.

Apesar de haver consenso quanto às melhorias registadas nas aldeias com as intervenções do Programa, nomeadamente nos arruamentos, canalizações, infra-estruturas de electricidade e fachadas de algumas habitações, verifica-se também o sentimento de que ficou muito por fazer e

algum descontentamento popular quanto à forma de realização e fiscalização de algumas obras.

Entre as obras mais significativas para os inquiridos, foram assinaladas, por exemplo, a Biblioteca Pública de Trevões e o Museu do Vinho e do Pão de Favaios.

2.12 Brotas



Brotas é uma freguesia do concelho de Mora, com uma área de cerca de 83,15 km² e com uma população de 451 habitantes, em 2011.

Até ao ano de 1834, a freguesia de Brotas pertenceu ao concelho de Águias, que recebeu foral em 1520. A sede deste concelho foi inicialmente a povoação de Águias, tendo passado no final do século XVIII para o Concelho de Mora, ao qual actualmente pertence.

Com cerca de quinhentos anos de história e um invulgar património arquitectónico a aldeia de Brotas é um local apazível e especial. Esta é uma típica aldeia alentejana, com casas baixas, de paredes caiadas, com um risco colorido sobre as ombreiras e sobre as portadas. Decoradas com o tradicional mobiliário da região, estas casas reproduzem o espírito do Alentejo rural e intemporal. Situada na fronteira com o Ribatejo, quem passa pela aldeia de Brotas pode desprender-se do quotidiano e desfrutar do sossego do campo.

Alguns dos monumentos e centros de interesse que podem ser visitados na aldeia de Brotas e foram objecto de visita nesta Acção são:

- A Igreja de Nossa Senhora das Brotas, ou Igreja Matriz de Brotas, classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1956. O edifício tem origem no século XVI, mas já era local de peregrinação desde o século XV, devido, segundo a lenda, à aparição de Nossa Senhora, que milagrosamente curou uma vaca. O tecto e a cruz da capela-mor são do século XVI, mas a decoração foi feita com azulejos no século XVII e com mármore neoclássico no reinado de D. Maria I. A varanda exterior com altar é também do século XVII.
- O conjunto de edifícios da Igreja Matriz de Brotas, o qual se assemelha a um bairro e dava apoio às peregrinações dos romeiros das Irmandades de Nossa Senhora das Neves. Todas as casas possuem dois pisos e algumas têm escadaria de acesso aos varandins. Nas imediações pode ver-se ainda uma fonte com uma bica e uma pia rectangular, bem como o Santuário de Nossa Senhora das Brotas.
- A Torre das Águias que se localiza na povoação de Águias, freguesia de Brotas, e está situada nas vizinhanças do rio Divor e do santuário de Nossa Senhora das Brotas. Integrava a chamada vila das Águias, da qual ainda subsistem algumas casas. É um dos exemplares mais significativos de torres manuelinas na região, embora careça de urgente intervenção de consolidação e restauro. Construída a partir de 1520 por D. Nuno Manuel, guarda-mor do rei D. Manuel I (1495-1521), esta torre, um solar senhorial, era utilizada para repouso dos fidalgos nas caçadas de grande montaria, frequentes naquela época nesta região. Também se conjectura que a edificação da torre estaria ligada ao culto de Nossa Senhora das Brotas, no santuário vizinho.

Classificada como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 136 publicado em 23 de Junho de 1910, sofreu intervenção de reparos, a cargo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em 1946. Foi novamente intervencionada em 1978, data em que foi consolidada e foram reconstruídos os seus interiores. Actualmente encontra-se em mãos de particulares e em adiantado estado de degradação, carecendo de conservação urgente.

- O Fluviário de Mora, inaugurado a 21 de Março de 2007, é considerado o primeiro grande aquário de água doce da Europa, consolidando uma vertente educativa e ambiental com a recriação do universo aquático.

Entre o Fluviário e o Santuário de Brotas foi construído um percurso pedestre que conduz desde o Fluviário e da sua linda zona envolvente, passando pelo Parque Ecológico do Gameiro e a Barragem da Ribeira da Raia, ao Santuário de Brotas, situado na vila de Brotas. No início o caminho segue as águas da ribeira, pela margem oposta à do passadiço de madeira, para depois se dirigir para a zona agrícola e continuar por uma ecopista que aproveita uma antiga linha férrea.

- Os restos do Cromeleque do Monte das Fontainhas, imóvel com classificação de interesse público. Conserva apenas seis menires, de formas ovoides e planta em ferradura, formando aparentemente a coroa de um recinto circular. Pertence à arquitetura religiosa do Neolítico, que se pode caracterizar pela configuração almendrada dos menires, cujo protótipo se considera o Cromeleque dos Almendres, em Évora.

- De referir ainda um conjunto de seis menires dispostos em forma de cruz que foi identificado recentemente, mais concretamente na primeira semana de Agosto de 2012, por uma equipa de investigadores da Universidade de Évora. Essa equipa referiu que numa primeira observação classifica o novo achado como “um novo monumento megalítico” que poderá não ter paralelo na Península Ibérica ou mesmo na Europa. A descoberta deu-se num sítio conhecido como Anta da Cruz, na freguesia de Brotas.

A Associação Abrottea nasceu em Brotas com o objectivo fundamental da dinamização cultural, histórica e ambiental daquela aldeia, tendo este projecto turístico nascido a partir da necessidade sentida pelos agentes económicos locais mais ligados ao turismo de se associarem, por forma a poderem juntar-se e fazer da aldeia de Brotas um produto turístico completo, substituindo assim, com vantagem, as actividades e iniciativas isoladas.

Até então, os artesãos e artesãs do barro e da azulejaria e outros potenciais agentes turísticos desenvolviam a sua actividade isoladamente, tendo em conta o interesse que o santuário desperta nos forasteiros. Mas, o Fluviário de Mora situado mesmo ali ao lado, a atrair anualmente milhares de visitantes vindos de todo o País, levou a Associação Abrottea a desenvolver um projecto turístico colectivo e sustentável para a aldeia.

Consolidar o destino turístico é o objectivo desta iniciativa e será uma forma de combater o abandono da aldeia de Brotas, onde o tecido empresarial é fraco e não convida à fixação da população.

Conhecida na região pela abundância de linhas de água, pelos terrenos férteis em caça ou pela cresta, Brotas é detentora de um património natural e paisagístico invulgar. Foram estes recursos naturais, entre tantos outros, que a Abrottea, em parceria com a ADTR e a associação ANIMAR, identificou para, mesmo em tempo de crise, serem a força dinamizadora da aldeia de Brotas.



www.asas.com.pt

Animar - Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento Local

Rua Antero de Quental
Edifício Ninho de Empresas
Bairro Olival de Fora
2625-640 Vialonga

Telefone: +351 219 527 450

Fax: +351 219 521 322

E-mail: animar@animar-dl.pt

www.animar-dl.pt

Associação para o Desenvolvimento
do Concelho de Moura

Praça Gago Coutinho, n.º 3, 1.º
7860-010 Moura

Telefone: +351 285 254 931

Fax: +351 285 253 160

E-mail: adcmoura@adcmoura.pt

www.adcmoura.pt

ICE - Instituto das
Comunidades Educativas

Rua de Almada, Loja 2
Manteigadas
2910-227 Setúbal

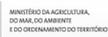
Telefone: +351 265 783 006

Fax: +351 265 752 295

E-mail: alternativa.ice@gmail.com

www.iceweb.org

Financiado por:



Parceria:

